
ROSEMARY CROMPTON
Universidade de Leicester

Diferença sexual e análise das classes^{*}

23

Identificam-se duas correntes na «análise de classes» contemporânea: 1) a abordagem por «emprego-agregado» de Goldthorpe e Wright e 2) teorias mais abstractas relacionadas com as «classes» como forças sociais — como, por exemplo, as obras de Marx e Weber. Mostra-se que a metodologia da abordagem por «emprego-agregado» exige o tratamento da «classe» e da «diferença sexual» como variáveis separadas. Esta posição é rejeitada por muitas feministas, que sublinham a inter-relação entre «classe» e «diferença sexual» e a importância de ambos os conceitos para a pesquisa dos processos de estruturação ocupacional. Mostra-se que as conceptualizações feministas

da «classe», são, de facto, bastante diferentes das dos adeptos da abordagem por «emprego-agregado», e que temos, assim, aqui um exemplo de uma discussão académica na forma de diálogo de surdos. Não obstante, este pseudo-debate contribuiu para a «viragem cultural» da teoria feminista recente e para a desvalorização das explicações estruturais no seio do feminismo em geral. Finalmente, argumenta-se que a investigação dos processos de estruturação ocupacional, envolvendo tanto a «classe» como a «diferença sexual», continua a ser uma via importante de investigação no âmbito da sociologia da «análise de classes».

MUITO do alarido que se ouve vindo da «arena» da análise das classes tem sido causado pelo facto de, em vez de realmente conversarem umas com as outras, as vezes em presença falarem como se os interlocutores fossem transparentes (Crompton, 1993). Tal como já defendi em anterior publicação (Crompton, 1989), muitas das discordâncias relacionadas com o factor classe e com a diferença sexual em particular, ocorreram devido à circunstância de não se reconhecer a distinção entre duas abordagens diferentes da análise das classes. Por um lado, temos teorias relativamente abstractas em que as «classes» são vistas como forças sociais tendo um impacto no desenrolar dos eventos históri-

^{*} Uma primeira versão deste artigo foi publicada em David Lee e Bryan Turner (eds.), *Conflicts about Class: Debating Inequality in Late Industrialism. A Selection of Readings*. London: Longman, 1996.

cos (como sucede, por exemplo, nas propostas teóricas de Marx e Weber). Por outro lado, temos trabalhos de investigação empírica sobre a estrutura, a acção e a consciência de classe. De entre toda esta investigação empírica destacam-se as abordagens de nível macro em que a população empregada (por vezes individualmente, de outras vezes por famílias) é agrupada em «classes» de acordo com a respectiva posição dentro da estrutura de emprego (aquilo a que eu própria e outros hoje chamamos abordagem por «emprego-agregado» — *employment-aggregate*).

Outra ideia por mim ali defendida é que não se deve criticar necessariamente as análises de classe de tipo abstracto e com enfoque histórico pelo facto de descurarem o factor diferença sexual. E isso porque se trata de teorias respeitantes à noção de *classe* e não à diferença sexual propriamente dita. Contudo, a diferença sexual não deixa, de facto, de colocar um problema à abordagem por «emprego-agregado», uma vez que a estrutura de emprego que subjaz a estas análises é afectada, ela também, pelo processo de diferenciação sexual. O ter-se descurado o reconhecimento deste facto conduziu a amplas críticas da parte dos teóricos do feminismo, que com frequência tinham associado o conceito de classe ao de «patriarcado», quer em relação à história, quer em relação a questões contemporâneas como seja o problema do emprego das mulheres (Walby, 1986).

Afigurou-se-me, no entanto, pertinente visitar e rever os conceitos que então propus, agora à luz dos desenvolvimentos verificados tanto na área da análise das classes como na do feminismo. Com efeito, optei por não seguir exactamente a mesma estrutura argumentativa que antes usei, ainda que vá pisar o mesmo terreno.

Seria difícil defender a ideia de que tem sido fecunda a discussão relativa às classes e à diferença sexual desde os finais da década de 80. Se por um lado a posição de alguns dos autores com contributos mais salientes para a análise das classes ficou bastante clarificada, por outro também é verdade que se tornou muito mais patente o fosso entre algumas versões da análise das classes baseadas na noção de «emprego-agregado» e as abordagens de tipo mais histórico-sistémico ou processual. As discussões a que assistimos nestes últimos anos poderiam ter sido mais bem entendidas — se não mesmo resolvidas — caso os defensores destas várias abordagens tivessem reconhecido este facto e comunicado uns com os outros de uma maneira mais eficaz.

Entretanto os debates feministas também seguiram o seu curso, embora afastando-se dos terrenos que antes pisavam conjuntamente com a análise das classes. Devido talvez ao recuo mais generalizado sofrido pela noção de classe no interior da sociologia, as discussões havidas dentro do feminismo tenderam a afastar-se das explicações de tipo materialista centradas no impacto das estruturas sociais, caminhando em contrapartida no sentido de uma maior preocupação com a natureza — individual e socialmente construída — das masculinidades e femininidades. Admito desde logo — como de facto já o defendi em 1989 — que as masculinidades e as femininidades são algo de socialmente construído. Mas a minha preocupação neste momento vai no sentido de que, ao reconhecer este ponto, não estejamos de modo algum a desvalorizar a importância dos factores estruturais.

Começarei por resumir algumas discussões do passado. A teoria e análise das classes foi uma das primeiras áreas da sociologia para onde apontaram as críticas das feministas da segunda vaga (Barker e Allen, 1976; Kuhn e Wolpe, 1978). Que tal acontecesse não foi de admirar, uma vez que até meados da década de 80 a classe e a estratificação continuaram a ser encaradas como algo de central à sociologia no seu todo. No entanto, apesar da fértil discussão teórica e empírica então havida, é possível, olhando para trás, reconhecer que existia igualmente, dentro da sociologia, uma apreciável confusão relativamente aos diferentes entendimentos do conceito de classe, bem como à sua operacionalização e investigação empírica.

Até aos finais da década de 1970, uma grande parte do trabalho empírico sobre as classes sociais levado a cabo na sociologia britânica foi vista como sendo equivalente a estudos sobre o emprego da população masculina¹. Ao darem este pressuposto por adquirido, os sociólogos não faziam assim mais do que reflectir, de maneira acrítica, o próprio pressuposto do «ganha-pão de calças», ideia então vigente e referente à divisão do trabalho decorrente da diferença sexual. O modelo do ganha-pão masculino espelhava a circunstância de o desenvolvimento do industrialismo capitalista

Os factores classe e diferença sexual na sociologia

¹ Veja-se Goldthorpe *et al.*, 1969; Roberts *et al.*, 1977; Goldthorpe, 1987; Blackburn e Mann, 1979; e ainda, no que se refere aos Estados Unidos da América, Blau e Duncan, 1967

estar associado a uma forma específica de divisão do trabalho decorrente da diferença sexual. Na Grã-Bretanha (bem como em muitos outros países, incluindo os Estados Unidos da América), tal facto traduziu-se na crescente exclusão das mulheres casadas da força de trabalho assalariado, juntamente com o desenvolvimento de uma específica ideologia das «esferas separadas» de actividades masculinas e femininas (Davidoff, 1988; Davidoff e Hall, 1987). A esfera das mulheres era a do lar e do trabalho doméstico; a dos homens, a do trabalho assalariado e do mercado; por isso os estudos sobre as «classes» focavam apenas e exclusivamente os homens. Daí que o emprego remunerado das mulheres (nos casos em que ocorria) fosse considerado secundário relativamente ao destino económico do agregado, e que o trabalho doméstico por elas desempenhado em casa não fosse sequer levado em consideração (Stacey, 1981).

A partir dos anos 70, porém, as feministas vieram defender a ideia de que a desatenção ao trabalho doméstico realizado pelas mulheres no lar marginalizava efectivamente o contributo produtivo por elas fornecido ao conjunto da sociedade. Ao ser tratado como se na prática fosse invisível, esse contributo fundamental das mulheres acabava por ser desvalorizado e, portanto, tratado como sendo menos valioso que o dos homens. Além disso, parecia tornar-se cada vez mais clara a obsolescência dessa ideia-feita que era o ganha-pão masculino, já que não parava de aumentar o número de mulheres casadas a ingressar no mundo do emprego remunerado. Mais ainda, foi ganhando força a ideia de que as mulheres deveriam ter uma «situação de classe» por direito próprio, em vez de ser remetidas para a do ganha-pão masculino mais próximo; por outras palavras, deveria ser o trabalho delas, e não o do seu parceiro masculino, a determinar a respectiva posição de classe (Acker, 1973; Allen, 1982; Stanworth, 1984). Mas a persistência da segregação no emprego (quer dizer, a concentração de homens e mulheres em determinadas ocupações) parecia tornar difícil, se não mesmo impossível, chegar-se a um esquema de classes capaz de pôr os homens e as mulheres em pé de igualdade ao nível individual.

Daí que em especial a abordagem por «emprego-agregado» fosse criticada e acusada de «machista». Por trás da acusação, a ideia de que tal abordagem ignora, de facto, o trabalho doméstico realizado pelas mulheres, negando a estas um lugar na estrutura das classes em virtude de as tratar como meros apêndices dos homens. A abordagem por

«emprego-agregado» erra, nomeadamente, ao enveredar por duas práticas comuns: (a) ao tomar o agregado por unidade de análise, e (b) ao considerar que a classe do agregado é a do ganha-pão «masculino». Ambos os problemas se levantam em conexão com os dois mais influentes programas de análise das classes por «emprego-agregado» dos últimos anos: os de John Goldthorpe e Erik Olin Wright.

Ambos os autores propuseram esquemas de classes baseados no emprego assalariado e a que chamam «relacionais» — ou seja, não as categorias classificativas do senso comum como as que constam dos registos oficiais, mas antes esquemas que espelham a realidade efectiva das relações de classe (Marshall, 1988). É certo que Goldthorpe nega que o seu esquema de classes tenha quaisquer antecedentes teóricos, mas a verdade é que na versão inicial havia dois elementos que contribuíam para o posicionamento das ocupações: a situação de emprego (empregado, conta-própria, empregador, etc.) e a situação de «mercado» e de «trabalho» que caracterizava a ocupação. Daí que o esquema de Goldthorpe fosse frequentemente apelidado de «neo-weberiano», exactamente por, na esteira de Weber, identificar a «situação de classe» com a «situação de mercado». (Outra influência significativa seria a de *Black Coated Worker*, de Lockwood, 1958). Esta abordagem trata a ordem ocupacional como se fosse neutra quanto ao factor diferença sexual, descurando assim a segregação no emprego. Existe, contudo, uma quantidade de exemplos bem conhecidos de ocupações em que a situação de «mercado» (entendida especialmente com referência à natureza do trabalho e à questão das promoções) associada com uma determinada ocupação depende, decisivamente, da circunstância de a pessoa que a desempenha ser homem ou mulher. Nesses casos, não se poderia dizer que os homens e as mulheres partilham a mesma situação de «classe», embora lhes seja atribuído o mesmo rótulo quanto à ocupação que uma e outro desempenham. O trabalho administrativo — a ocupação mais comum entre a população feminina — surge, aqui, como exemplo óbvio². E é por isso que a estratégia de Goldthorpe se afigurou desajustada.

O problema da «unidade de análise» resulta da incorporação — acrítica, ao que tudo indica — da subordinação fami-

² Ver Crompton e Jones, 1984. Para uma teorização feminista relativa ao trabalho de escritório como construção decorrente da diferença sexual, ver Valli, 1986.

liar da mulher no quadro da «visão convencional». Como já se disse, os primeiros inquéritos de Nuffield (da década de 70) incluíam as mulheres apenas na qualidade de esposas, fazendo com que de um modo geral a «posição de classe» das mulheres individualmente consideradas fosse dada pela do elemento do sexo masculino mais próximo. Segundo Goldthorpe, tal procedimento justificar-se-ia pelo facto de a unidade de análise correcta ser o agregado, e de a posição de classe da família ser indicada de maneira mais fiável pelo chefe — masculino — do agregado. Contra isto, as críticas feministas argumentaram que esta estratégia empírica não só ocultava o contributo das mulheres no interior dos agregados como deixava de levar na devida conta os índices crescentes de mulheres com emprego remunerado e o crescente número de agregados chefiados por mulheres.

Em contraste com o esquema de Goldthorpe, o de Wright baseava-se explicitamente nos princípios teóricos do marxismo. Originariamente pensado em função do conteúdo do emprego, classificava o trabalho administrativo (e, consequentemente, as mulheres que o desempenhavam) de acordo com a posição do trabalhador ou trabalhadora. Acresce que a abordagem de Wright, tomando por unidade de análise o indivíduo e não a família, poderia afigurar-se mais adequado do ponto de vista das críticas das feministas. Mas a solução de Wright para o problema da trabalhadora doméstica é, de facto, muito semelhante à estratégia utilizada por Goldthorpe. Assim, e ainda segundo aquele autor, as mulheres sem emprego remunerado caberão numa situação de classe de tipo «mediado», ou seja, tomam a posição de classe do ganha-pão masculino (Wright, 1989a).

Deste modo, não obstante Goldthorpe e Wright serem com frequência invocados como representantes de abordagens teóricas da análise das classes muito diferentes entre si, a verdade é que existe no trabalho de ambos uma porção de paralelismos no que se refere à maneira como abordam a diferença sexual. Ambos se preocuparam com a questão das preferências políticas das mulheres, especialmente numa perspectiva de comparação com as dos respectivos parceiros. Com efeito, a defesa, por Erikson e Goldthorpe (1992), do agregado como unidade de análise assenta em grande medida nos resultados empíricos segundo os quais as atitudes políticas das mulheres estão mais intimamente associadas às do parceiro do que à ocupação (ou classe) em que se inserem. Wright defende que a diferença sexual, embora rele-

vante para a compreensão e explicação das experiências concretas de vida das pessoas, não deve ser incorporada no conceito abstracto que é a classe (Wright, 1989a: 291). Pode ver-se esta separação analítica entre classe e diferença sexual como fazendo parte de uma estratégia mais geral, subscrita por Goldthorpe e Marshall (1992) no quadro da abordagem por «emprego-agregado», segundo a qual a relevância persistente do factor «classe» é demonstrada pelo testemunho empírico dos «efeitos de classe».

Erikson e Goldthorpe (1992, cap. 7) mostraram que, medido pelo esquema das classes de Goldthorpe, o padrão das taxas de mobilidade social relativa das mulheres (ou seja, a fluidez social) apresenta um grande paralelismo com o dos homens. Isso demonstra, ainda segundo estes autores, que o impacto do factor «classe» no destino ocupacional é idêntico para homens e mulheres. Assim, as experiências diferenciais das mulheres e dos homens no mercado de trabalho resultariam do sexo e não da classe, e a abordagem utilizada (incluindo o uso de um esquema de classes ostensivamente insensível à diferença sexual) encontraria plena justificação. Tal posição é bastante próxima da de Wright e, o que é mais interessante, baseia-se na mesma lógica da defesa de uma «teoria das classes» abstracta, de que já dei conta no meu artigo de 1989. Por outras palavras, defende-se que, uma vez que a análise das classes (por «emprego-agregado») tem a ver com o factor classe e não com a diferença sexual, não se lhe pode criticar o facto de deixar de fora os fenómenos relacionados com a diferença sexual.

29

Embora as críticas formuladas pelas feministas se tenham centrado na divisão do trabalho pelos dois sexos e na estrutura de emprego que lhe está associada, importa recordar que o pressuposto de que as classes podem ser identificadas adequadamente dentro da estrutura de emprego não é senão uma das estratégias existentes na sociologia da «análise das classes» no seu todo. Podemos, assim, situar a abordagem por «emprego-agregado» no quadro mais vasto da sociologia das classes e da estratificação, como se mostra na Figura 1:

Níveis da análise das classes

Figura 1. Níveis da análise das classes

NÍVEIS DE ANÁLISE	MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO
(1) Formação das classes	Análises sócio-históricas da mudança (e.g. Thompson, 1968)
(2) Posicionamento de de classe nas estruturas de emprego	Grandes conjuntos de dados agregando empregos (e.g. Goldthorpe, 1987; Wright, 1985)
(3) Consciência e acção	Estudos de caso contemporâneos visando grupos específicos (e.g. Newby, 1977; Savage <i>et al.</i> , 1992)

30

Aquilo a que tenho vindo a chamar abordagens por «emprego-agregado» (nível 2) costuma basear-se em grandes inquéritos por amostragem realizados a nível nacional. O seu modo usual de proceder, como vimos, consiste em distribuir as pessoas pelas várias posições existentes num dado esquema de «classes» (a maioria das vezes, com base no respectivo emprego ou ocupação), agregando seguidamente essas posições numa estrutura de classes global. Wright e Goldthorpe são os melhores exemplos conhecidos desse tipo de trabalho, tendo acumulado grandes quantidades de dados que analisaram em função dos seus próprios esquemas — sociologicamente informados — de «classes». No entanto, a utilização desta estratégia geral para lidar com o factor «classe» encontra-se muito difundida, não sendo de modo algum estranha às discussões empíricas sobre a desigualdade em que se usam esquemas de classe de tipo «intuitivo» ou do «senso-comum», como os que encontramos nos registos oficiais (e é de referir que as críticas das feministas têm também incidido sobre estes esquemas «intuitivos» — Marshall, 1988; Crompton, 1993; Reid, 1981). Com efeito, tem-se dito que a abordagem por «emprego-agregado» da análise das classes se tornou «hegemónica» na última década (Savage *et al.*, 1992; Cyba, 1994). Ou seja, ela terá acabado por surgir como representante da «análise das classes» no seu todo, como fica patente pela reacção à crítica de Pahl (1989).

Mas no quadro mais amplo da análise das classes existem outros estudos relativos à formação das classes (nível 1), muitos deles de orientação histórica, e que traçam o processo de surgimento e desenvolvimento de determinados

grupos dotados de características específicas no interior da divisão capitalista do trabalho. Vejam-se, a título de exemplo, o trabalho de Lockwood sobre o trabalho administrativo na Grã-Bretanha (1958), o de Renner sobre o desenvolvimento da classe dos serviços (1953), Boltanski sobre o desenvolvimento dos quadros na França (1987), etc. Muita da investigação mais antiga, influenciada pelo feminismo da segunda vaga, caracterizou-se efectivamente também por ter uma abordagem histórica, retomando e redescobrimdo o papel desempenhado pelas mulheres trabalhadoras tanto na esfera pública como na esfera privada durante o período de transição para o industrialismo capitalista.

É frequente os estudos sobre a consciência e a acção de classe (nível 3) apresentarem sobreposições relativamente aos estudos do nível 1 sobre grupos ocupacionais específicos, mas nesses casos a perspectiva histórica é complementada através da investigação empírica contemporânea — incluindo, por exemplo, análises quantitativas do grupo em questão (Newby, 1977). Ainda a título de exemplo, refira-se que, atendendo à posição crucial das classes-médias de «colarinho branco» na teoria das classes, a investigação empírica voltou-se com frequência para os trabalhadores de escritório, administrativos, e trabalhadores com cargos de direcção (Crompton e Jones, 1984; Smith, 1987).

Podemos, então, identificar na sociologia duas grandes correntes de abordagem empírica da análise das classes e da estratificação (Crompton, 1993: 110). Uma delas (nível 2) centrou-se principalmente na análise quantitativa de grandes conjuntos de dados; a outra (níveis 1 e 3) está mais voltada para a utilização de estudos de caso com recurso a toda uma diversidade de métodos. Estas diferentes abordagens da análise das classes na sociologia integram-se num discurso mais vasto relacionado com a questão da «classe» no interior das ciências sociais. No meu primeiro artigo sobre esta matéria escrevi que isto se resumia a um contraste entre, por um lado, modelos de processos de classe em que a estrutura e a acção são analiticamente mantidos em separado (*e.g.* Dahrendorf), e por outro lado modelos (como em Thompson, 1968) em que a possibilidade dessa separação analítica é negada³. Acontece que algumas das discordâncias em torno das questões da diferença sexual e da classe se deram em resultado de estas variações não haverem sido devidamente reconhecidas.

³ Para uma discussão recente em torno desta questão, ver Joyce, 1995.

Sobretudo para o grande número de estudiosos interessados em explorar o «interface» classe/diferença sexual, a separação rígida entre uma e outra foi-se afigurando cada vez mais desajustada, principalmente no que concerne aos níveis 1 e 3 (formação das classes e consciência e acção de classe, respectivamente). A estrutura do trabalho remunerado assenta numa estrutura complementar de trabalho não remunerado e numa divisão do trabalho que se constituiu em função da diferença sexual. Por conseguinte, a formação das classes na esfera do emprego prende-se com a divisão do trabalho decorrente da diferença sexual tanto na esfera pública como na privada. Daí que os sociólogos e sociólogas feministas que pretendiam explorar as conexões existentes entre a diferença sexual e a classe tivessem procurado explorar a natureza da interacção constante e sempre mutável entre o público e o privado, já antes sinalizada pelo crescimento do índice de emprego das mulheres. As discussões associadas à abordagem por «emprego-agregado» não se afiguravam especialmente fecundas aos olhos de quantos se interessavam pelas questões relacionadas com a diferença sexual. O crescimento do emprego remunerado entre as mulheres casadas e as mudanças desencadeadas por esse crescimento na dinâmica da família (Lieulfsrud e Woodward, 1987) seriam, esses sim, vistos como uma das maiores mudanças a nível social ocorridas na Europa Ocidental e nos Estados Unidos desde a Segunda Guerra Mundial. Mas a verdade é que a tradição da abordagem por «emprego-agregado» tinha pouco para dizer sobre estes fenómenos, tendo inclusivamente tentado distanciar-se deliberadamente deles (Erikson e Goldthorpe, 1988).

Para se entender toda esta confusão é necessário ver que a abordagem por «emprego-agregado» representa apenas uma corrente dentro dessa totalidade complexa que é a análise das classes. E é especialmente importante lembrar que, embora nas sociedades contemporâneas o emprego seja um factor valioso enquanto substituto da posição de classe, não é correcto pegar em feixes de empregos e/ou ocupações e chamar-lhes «classes» num sentido sociológico. Quer a formação das classes, quer a consciência e a acção de classe (ou seja, os níveis 1 e 3) dependem fundamentalmente de organizações e de processos que não podem ser adequadamente estudados nem entendidos simplesmente através de análises por inquérito de nível macro. O estudo dos agregados familiares, das comunidades e dos locais de

trabalho — assim como dos sindicatos, dos partidos políticos e de outros movimentos sociais — exige que, para além dos inquéritos por amostragem, se proceda a uma análise e a uma investigação com recurso a etnografias e a estudos de caso de tipo tanto quantitativo como qualitativo. Existe na sociologia inglesa uma importante tradição deste tipo de trabalho empírico, desde os estudos de Goldthorpe *et al.* (1969) e Lockwood (1958), sobre o «trabalhador abastado» (*The Affluent Worker*) até à investigação de Newby sobre os trabalhadores agrícolas, passando pelo trabalho de Hindness sobre a política local, o estudo dos trabalhadores das docas levado a cabo por Hill, a investigação de Crompton e Jones relativa aos trabalhadores administrativos, etc. Este tipo de trabalho veio reforçar a importância dos processos de formação das classes, bem como as eventuais conexões entre essa formação e a consciência e acção de classe.

Estas etnografias e estes estudos de caso dedicados à formação das classes e à consciência e acção de classe mostraram que, na realidade, os processos relacionados com a classe e a diferença sexual são fenómenos inextricáveis e não separados. As historiadoras feministas, por exemplo, explicaram o modo como a estruturação das classes e da diferença sexual evoluíram em paralelo desde os inícios da industrialização; ou como, de colega de trabalho dentro da unidade de produção doméstica, a esposa burguesa se foi gradualmente transformando nesse ser delicado e refinado que é o «anjo do lar» (Davidoff e Hall, 1987). Do mesmo modo, o surgimento da «classe de serviço» no século XX teve origem numa estruturação específica da divisão do trabalho decorrente da diferença sexual, tanto na esfera pública como na esfera privada (Crompton, 1989). Esta inextricabilidade efectiva dos factores classe e diferença sexual parecia ir contra a aparente insistência, por parte da abordagem por «emprego-agregado», na ideia segundo a qual (a) classe e diferença sexual deviam ser considerados fenómenos separados, e (b) se deveria encarar a situação de classe das mulheres em termos de reflexo da dos homens.

Não obstante esse facto, e embora seja possível ter uma posição crítica relativamente às distorções que a abordagem por «emprego-agregado» introduz no estudo do «interface» classe/diferença sexual, esta continua a ser um elemento essencial no estudo das desigualdades sociais estruturais. Defendi, noutra ocasião (Crompton, 1993), que a regeneração da análise das classes e da estratificação exige que se

proceda a uma re-integração dos três níveis identificados na Figura 1, bem como dos diferentes métodos característicos de cada um deles. Da mesma maneira, gostaria agora de propor que o estudo da desigualdade decorrente da diferença sexual tem que ter em devida conta essa mesma diversidade. No entanto, a própria natureza da diferença sexual traz uma dimensão acrescida a esta complexidade, e é sobre esses problemas que nos debruçaremos de seguida.

34

Igualdade e «diferença»

As expressões «igualdade» e «diferença» traduzem tensões que sempre existiram no feminismo. Será que as mulheres, se iguais aos homens, devem tanto quanto possível imitá-los no modo como organizam as suas actividades? E será, por outro lado, que as diferenças entre homens e mulheres devem ser explicitamente reconhecidas — como por exemplo no que se refere a formas especiais de protecção à maternidade? Esta tensão entre igualdade e diferença tem tido uma presença constante nas políticas do feminismo, bem como na definição e desenvolvimento de políticas influenciadas pelas ideias feministas (Bacchi, 1990). A «agenda da igualdade» tem constituído um dos objectivos principais do feminismo liberal, procurando alcançar, na medida do possível, uma «igualização» andrógina com os homens. Por vezes, estes objectivos têm entrado em conflito com os do «feminismo-providência», cujas representantes, pelo contrário, têm defendido a existência de medidas especiais (leia-se diferentes) para as mulheres.

A «agenda da igualdade» do feminismo liberal tem-se esforçado por eliminar as limitações de ordem estrutural que afectam a capacidade das mulheres de intervir no mundo. Desde sempre associado a uma «política emancipatória» (Giddens, 1990), esta modalidade de feminismo tem-se, por isso mesmo, preocupado com questões como o direito das mulheres ao sufrágio, o seu acesso às instituições de ensino superior e à formação profissional, o salário igual e iguais oportunidades de emprego, etc. Em resumo, tem sido seu objectivo conseguir para as mulheres uma «cidadania» plena. A conquista de direitos iguais e de um estatuto social igual para as mulheres tem sido um processo extremamente arrastado: na Grã-Bretanha, a Lei do Salário Igual para homens e mulheres («Equal Pay Act») só em 1976 passou a ser oficial, e o acesso pleno a certas profissões e às escolas de elite (como Oxford e Cambridge) foi ainda mais tardio. Mas nestes

últimos anos o Ocidente viu ficar praticamente completo o processo de obtenção da igualdade formal de oportunidades por parte das mulheres.

Não obstante, apesar do sucesso da «agenda da igualdade» — e da sua suposta implementação nos antigos países de socialismo de Estado —, continuam a persistir diferenças materiais entre homens e mulheres. Sempre se reconheceu que muitas das instituições a que as mulheres procuraram ter acesso, através de uma luta baseada na agenda da igualdade, estão, elas próprias, profundamente vinculadas à diferença sexual, que o mesmo é dizer que se encontram estruturadas de maneira a tornar praticamente inevitável a discriminação indirecta contra as mulheres. É esse, concretamente, o caso do emprego remunerado. O modelo de emprego tão custosamente implantado na «primeira nação industrial» do mundo (e posteriormente imitado noutros países) era um modelo de trabalho a tempo inteiro e de padrões de emprego ininterruptos (Thompson, 1964). As lutas subsequentes empreendidas pela classe operária não só levaram à redução da duração do dia de trabalho como partiram ainda à conquista do «salário familiar», quer dizer, de um salário que fosse suficiente para sustentar uma família sem que a mulher fosse obrigada a ter um emprego remunerado. Em retrospectiva, poderá dizer-se que se tratou de um processo de exclusão patriarcal (Hartmann, 1982), mas não restam dúvidas de que, aos olhos de muitas das pessoas envolvidas, o salário familiar foi uma conquista tanto para os homens como para as mulheres (Humphries, 1984). Contudo, o crescente afastamento das mulheres relativamente ao trabalho oferecido pelo mercado e a identificação do emprego remunerado com o sexo masculino viriam a ter consequências muito importantes. Muitos dos direitos e dos benefícios inerentes ao estatuto de «cidadão», por exemplo, são apanágio exclusivo dos cidadãos-empregados, e não propriamente direitos universais (Pateman, 1988). Mesmo nos casos em que as mulheres conseguem o acesso ao emprego, vê-se como muitas vezes o casamento, a maternidade e as responsabilidades domésticas que convencionalmente lhes são atribuídas impossibilitam que, a nível individual, elas se consigam assumir como trabalhadoras a tempo inteiro e para toda a vida. Isto ficou claramente demonstrado nos antigos países de socialismo de Estado. O emprego a tempo inteiro para as mulheres era ali considerado uma obrigação nacional. Contudo, as dificuldades associadas ao problema do «fardo duplo» teriam como

resultado que, nos seus contornos gerais, a segregação pelo sexo nas diferentes ocupações fosse, naqueles países, muito semelhante ao que se verificava no Ocidente capitalista. Com efeito, a investigação na área das ciências sociais no período do socialismo de Estado indicou, por exemplo, que, no caso das mulheres — e ao invés do que sucedia com os homens —, as responsabilidades domésticas constituíam um obstáculo à aquisição do acréscimo de qualificações necessárias a uma mobilidade ocupacional ascendente (Heitlinger, 1979).

Daí que a preocupação com a igualdade tenha andado a par com a atenção ao significado que as limitações estruturais têm para a determinação da situação das mulheres, bem como com a necessidade de eliminar tais limitações. Conforme já foi salientado na primeira versão deste artigo (1989), uma boa parte de toda esta discussão — acompanhando, de resto, os debates então travados a propósito da análise das classes — girou em torno da possibilidade de identificar um modo de produção de tipo patriarcal, juntamente com um «sistema» de patriarcado e com as inerentes instituições patriarcais (Walby, 1990).

Contudo (devido porventura às desigualdades decorrentes do género sexual, que foram persistindo apesar do levantamento generalizado daquelas limitações), os trabalhos mais recentes produzidos no Ocidente na área do feminismo têm dedicado uma ênfase especial à exploração do modo como se estrutura a diferença sexual. Em vez de procurar explicações estruturais para as desigualdades (diferenças) existentes entre homens e mulheres, uma grande parte dessa investigação tem partido de explicações de natureza cultural e psicológica (e.g. Chodorow, 1989; Pringle, 1988). A noção de «diferença» tem sido, na verdade, da maior importância nas discussões políticas travadas dentro do feminismo. Para Segal, tal facto não reflecte senão um essencialismo crescente no interior das políticas feministas: «a análise feminista evoluiu no sentido de uma nova ênfase na inevitabilidade da violência e da competição pelo poder por parte dos homens (...) assistimos ao surgimento de um feminismo apocalíptico que retrata uma luta maniqueísta entre a virtude feminina e o vício masculino, de que resultarão a catástrofe e a perdição total a menos que no fim a moralidade e os valores da mulher consigam vencer» (Segal, 1987: ix). Num tom mais sério, digamos que um dos resultados mais relevantes da presente ênfase na «diferença» é que, como afirma Maynard (1994), o abandono, dentro do feminismo, dos modelos materialistas e

das explicações de natureza estrutural tem revelado uma lamentável tendência para obscurecer a permanência das hierarquias e das diferenças que separam homens e mulheres.

É por isso que defendo que, ao estudar-se as desigualdades associadas à diferença sexual, não devemos negar estas tensões e contradições (entre diferença e igualdade-como-igualização), nem sentir que temos que optar por este ou aquele dos termos em presença. Importa, porém, que nos tornemos sensíveis à forma como elas se manifestam nas abordagens empíricas da desigualdade associada à diferença sexual. Qualquer ênfase na abolição das limitações de ordem estrutural e jurídica que se colocam às mulheres deverá prestar a devida atenção aos resultados empíricos decorrentes dessa mesma abolição. Estes resultados serão invariavelmente aferidos pela bitola da igualização — quer dizer, da medida em que as circunstâncias das mulheres são iguais às dos homens. Mas a investigação sobre os processos que contribuíram para estes resultados há-de, inevitavelmente, colocar a ênfase na maneira como as diferenças entre homens e mulheres se estruturam.

É possível, portanto, traçar um paralelo entre, por um lado a fragmentação *efectiva* da sociologia das classes e da estratificação, e por outro o potencial de fragmentação presente no estudo das desigualdades associadas à diferença sexual. Já se disse que foi por causa do trabalho de autores de inquéritos de nível macro que a investigação dos processos da formação e estruturação de grupos significativos — ou «classes» — se afastou do estudo da estrutura das «classes» (ou ocupacional), tendo como consequência toda uma série de incompreensões mútuas. De idêntico modo, existe o perigo de que a atenção necessária a dar à análise dos processos de estruturação da diferença sexual possa resultar numa ênfase excessiva na diferença (e na verdade, dir-se-ia que certos sectores influentes do feminismo académico se caracterizam por perfilharem versões de um neo-essencialismo). Em consequência disso, parece que por vezes no discurso académico a «diferença sexual» e os sexos que lhe estão associados se tornam fluidos e praticamente impossíveis de distinguir. Mas apesar das nuances psicológicas e culturais da «diferença sexual» e das suas representações, não devemos esquecer que o sexo biológico continua a ser um indicador essencial no que respeita à investigação empírica sobre as desigualdades sociais e materiais entre homens

e mulheres. As comparações directas entre masculino e feminino são a melhor orientação de que dispomos se pretendemos investigar até que ponto as desigualdades têm vindo a ser atenuadas.

Na prática, torna-se, por isso, necessário, ao abordar a questão da diferença sexual, trabalhar em simultâneo os aspectos da igualdade e da diferença; sendo iguais aos homens, as mulheres são também diferentes deles. O que aqui defendo, muito especialmente, é que é importante evitar a polarização do debate. Tanto as masculinidades como as feminilidades são algo de cultural e psicologicamente construído, e é muito pouco provável que alguma vez se venha a alcançar a androginia total. Ao mesmo tempo, porém, não devemos esquecer que *as estruturas têm a sua importância* e que têm um impacto diferencial tanto sobre os homens como sobre as mulheres.

Discussão e conclusões

Nas secções precedentes defendi, em primeiro lugar, que durante a década de 80 a análise das classes e da estratificação social sofreu, na Grã-Bretanha, um processo (em grande parte despercebido) de fragmentação, tanto no que respeita ao nível como à abordagem empírica. Neste último caso, pode em resumo dizer-se que se tratou de uma divisão entre, por um lado, a abordagem de nível macro a que chamei por «emprego-agregado» — com enfoque sobretudo nas estruturas de classe (ou emprego) —, e por outro lado todo um conjunto de trabalhos — estudos sócio-históricos, estudos de caso, etnografias — de nível macro e micro sobre os processos de formação das classes e da consciência de classe. Em segundo lugar, avancei a ideia de que se tem verificado um fenómeno algo paralelo nas abordagens feministas do estudo da diferença sexual e das desigualdades que lhe estão associadas. Até meados dos anos 80, e devido talvez à influência das ideias feministas de raiz socialista e marxista, então bastante populares, uma boa parte do trabalho empírico feito na sociologia sob a influência do feminismo da «segunda vaga» teve tendência para acentuar o significado das limitações estruturais na explicação das desigualdades entre homens e mulheres, fazendo assim com que a «agenda da igualdade» andasse intimamente ligada a uma «política emancipatória». A tendência do trabalho desenvolvido mais recentemente nesta área tem sido, contudo, para se centrar mais na forma como a «diferença» entre homens e mulheres é activamente

construída, em vez de estruturalmente imposta. Estas mudanças verificadas no discurso académico tiveram correspondência nos debates sobre as políticas a seguir — e na linguagem da Igualdade de Oportunidades («Equal Opportunities»), por exemplo, deixou de se falar na «conquista da igualdade» para passar a falar-se na «valorização da diversidade».

Não há que negar o valor da diversidade. O problema — como de resto as feministas sempre perceberam — é que as diferenças relacionadas com o sexo (e com a raça) estão ordenadas hierarquicamente. As feministas podem ter invertido esta hierarquia ao defenderem a superioridade das características «femininas». Mas isso não invalida que sejam as características «masculinas» — o desprendimento nas relações interpessoais, a racionalidade, o apego aos mecanismos de poder e de dominação — as que mais probabilidades continuam a ter de ser associadas ao êxito material. A celebração da «diferença» pode, por conseguinte, redundar na intensificação das desigualdades de ordem material.

Muito embora o balanço do debate sobre «as mulheres e a classe ocupacional» não possa ser considerado como particularmente frutífero, tal não quer dizer que devamos deixar de explorar o significado que o «interface» emprego/diferença sexual assume na estruturação das desigualdades materiais. O acesso ao emprego, tanto a nível geral como no plano concreto, é um factor fulcral para qualquer análise das desigualdades materiais entre homens e mulheres. Existe um número cada vez maior de mulheres a desempenhar trabalho remunerado, mas é perfeitamente manifesto que a porção e o tipo de trabalho remunerado realizado pelas mulheres continua a ser extraordinariamente sensível à natureza da sua situação doméstica — o que não é verdade para os homens, e resulta do pressuposto de que caberá à mulher a parte maior das responsabilidades domésticas.

Atentemos então no argumento que diz que «no interior da estrutura ocupacional é impossível fazer uma separação entre o impacto dos 'factores de classe' e o factor diferença sexual, o qual constitui um elemento central à própria estruturação das ocupações» (Crompton, 1989: 582). Considerámos que este facto constitui um sério obstáculo aos esforços de medição da estrutura das classes ao nível macro e com base nas ocupações (ou seja, à abordagem por «emprego-agregado»), dada a dificuldade em estabelecer a distinção entre os factores «classe» e «diferença sexual» quando se tenta distribuir as ocupações de acordo com as categorias de um dado

esquema de classes. Como vimos, os dois principais adeptos deste tipo de abordagem — Goldthorpe e Wright - vieram posteriormente defender que, no que se refere à sua investigação, «a diferença sexual» e «a classe» não só podem como devem ser mantidas separadas. Como é lógico, é possível continuar a repetir esses mesmos argumentos, mas nem por isso as dificuldades práticas irão desaparecer por si.

Seja como for, dir-se-ia que os esforços heróicos de Wright no sentido de construir um «mapa das classes» de cariz marxista se foi despedaçando de encontro aos baixios das complexidades da moderna estrutura de emprego, acabando por se afundar nos pântanos da teoria marxista das classes (Wright, 1990). Quanto a Goldthorpe, continuou a defender a sua posição. Mas essa sua defesa tem assentado sobretudo numa ênfase na estabilidade em detrimento da mudança, descurando assim alguns desenvolvimentos significativos registados na estrutura ocupacional, como seja o crescimento do emprego entre as mulheres. Desse modo, a sua posição foi-se distanciando mais ainda das abordagens de nível 1 e 3 de «análise das classes». De acordo com a nossa perspectiva daquilo que é a «interface» entre diferença sexual e classe, é lamentável que assim seja.

Em oposição a esta perspectiva, gostaria de terminar sublinhando o carácter fluido e socialmente construído da estrutura ocupacional. O que proponho não é uma «matéria prima não problemática à qual os investigadores podem impor os seus esquemas. Trata-se, sim, de um objecto de investigação, e não de um ponto de partida tomado como inquestionável» (Crompton, 1989: 584). O que uma tal postura implica é que temos de centrar a nossa atenção nos resultados da interacção dos factores «diferença sexual» e «classe» (ou emprego), em vez de procurar mantê-los separados. A posição aqui assumida defende que, à medida que as fronteiras entre «o público» e «o privado» — a par com as respectivas características de masculinidade e feminidade — se vão esbatendo cada vez mais neste final do século XX, a nossa sociologia empírica não deverá deixar de reflectir uma tal evolução. Não quer isso dizer que estejamos a assistir ao «fim» da análise das classes, como como já alguns sugeriram (Hall e Jacques, 1989; Pahl, 1989). O que se defende é que a melhor via para se seguir em frente é adoptando uma abordagem mais flexível de toda esta questão. ■

Referências Bibliográficas

- Acker, Joan 1973 «Women and Stratification: A Case of Intellectual Sexism», in Joan Huber (ed.), *Changing Women in a Changing Society*. Chicago: University of Chicago Press.
- Allen, Sheila 1982 «Gender, Inequality, and Class Formation», in Anthony Giddens e Gavin McKenzie (eds.), *Social Class and the Division of Labour*. Cambridge: Cambridge University Press
- Bacchi, Carol 1990 *Same Difference*. Sydney: Allen and Unwin.
- Barker, Diana; 1976 *Sexual Divisions and Society*. London: Tavistock.
- Allen, Sheila (ed.s)
- Blackburn, Roy; 1979 *The Working Class in the Labour Market*. London: MacMillan.
- Mann, Michael
- Blau, Peter; 1967 *The American Occupational Structure*. New York: Wiley.
- Duncan, Otis
- Boltanski, Luc 1987 *The Making of a Class: Cadres in French Society*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Chodorow, Nancy 1989 *Feminism and Psychoanalytic Theory*. New Haven: Yale University Press.
- Crompton, 1989 «Class Theory and Gender», *British Journal of Sociology* 1: 4, 565-587.
- Rosemary
- Crompton, 1993 *Class and Stratification*. Cambridge: Polity Press.
- Rosemary
- Crompton, 1984 *White Collar Proletariat*. London: MacMillan.
- Rosemary; Jones,
- Gareth; Cyba, Eva 1994 «Gender Inequalities Between Individualization and Social Class», *Women's Studies Internationalization Forum* 17: 2/3, 169-179.
- Davidoff, R. 1988 «The Role of Gender in the First Industrial Nation», in Rosemary Crompton e Michael Mann (eds.), *Gender and Stratification*. Cambridge: Polity Press.
- Davidoff, Lenore; 1987 *Family Fortunes*. London: Hutchinson.
- Hall, Catherine
- Erikson, Robert; 1988 «Women at Class CrossRoads: A Critical Note», *Sociology* 22, 545-548.
- Goldthorpe, John
- Giddens, Anthony 1990 *The Consequences of Modernity*. Cambridge: Polity Press.
- Goldthorpe, John 1987 *Social Mobility and Class Structure in Modern Britain*. Oxford: Clarendon Press.
- Goldthorpe, John 1969 *The Affluent Worker in the Class Structure*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Goldthorpe, John; 1992 «The Promising Future of Class Analysis», *Sociology* 26: 3, 381-400.
- Marshall, Gordon 1989 *New Times: The Changing Face of Politics in the 1990's*. London: Lawrence and Wishart.
- Hall, Stuart; 1982 «Capitalism, Patriarchy and Job Segregation by Sex», in Anthony Giddens e David Held (eds.), *Classes, Power and Conflict*. Berkeley. University of California Press.
- Jacques, Martin (ed.s)
- Hartmann, Heidi 1982 *Women and State Socialism*. London: Routledge and Kegan Paul.
- 42 Heitlinger, Alena 1979 «Protective Legislation, The Capitalist State and Working Class Men: The Case of the 1984 Mines Regulation Act», in Ray Pahl (ed.) *On Work*. Oxford: Blackwell.
- Humphries, J. 1988 *Class*. Oxford: Oxford University Press.
- Joyce, Patrick 1995 *Feminism and Materialism*. London: Routledge and Kegan Paul.
- Kuhn, Annette; 1978
- Wolpe, AnnMarie (ed.s)
- Lieulsfrud, H.; 1987 «Women at Class CrossRoads», *Sociology* 21, 393-412.
- Woodward, A. 1958 *The Black Coated Worker*. London: George Allen and Unwin.
- Lockwood, David 1988 «Classes in Britain: Official and Marxist», *European Sociological Review* 4, 141-154.
- Marshall, Gordon 1988 *The Incredible Disappearing Woman: Gender and Hierarchy in Feminist and Social Thought* (mimeo). Bielefeld: Bielefeld University Press.
- Maynard, M. 1994 *The Deferential Worker*. London: Allen Lane.
- Newby, Howard 1977 *The Sexual Contract*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pateman, Carole 1989 «Is the Emperor Naked?», *International Journal of Urban and Regional Research*, 13, 709-720.
- Pahl, Ray 1988 *Secretaries Talk*. London: Verso.
- Pringle, Rosemary 1988 *Social Class Differences in Britain*. London: Grant MacIntyre.
- Reid, Iwan 1981
- Renner, K. 1953 «The Service Class», in Tom Bottomore e Patrick Goode (eds.), *Austro-Marxism*. Oxford, Clarendon.
- Roberts, Kenneth 1977 *The Fragmentary Class Structure*. London: Heinemann.
- et al.
- Savage, Mike 1992 *Property, Bureaucracy and Culture: Middle Class Formation in Contemporary Britain*. London: Routledge.
- et al.,
- Segal, Lynne 1987 *Is the Future Female?* London: Virago.

- Smith, Chris 1987 *Technical Workers: Class, Labour and Trade Unionism*. London: MacMillan.
- Stacey, M. 1981 «The Division of Labour Revisited», in Philip Abrams et al. (eds.), *Practice and Progress: British Sociology 1950-1980*. London: Allen and Unwin.
- Stanworth, Michelle 1984 «Women and Class Analysis: A Reply to John Goldthorpe», *Sociology* 18: 2, 159-170.
- Edward P. Thompson, 1964 «Time, Work Discipline and Industrial Capitalism», *Past and Present*.
- Edward P. Thompson, 1968 *The Making of the English Working Class*. London: Penguin (2ª edição, revista). 43
- Valli, Linda 1986 *Becoming Clerical Workers*. London: Routledge and Kegan Paul.
- Walby, Sylvia 1986 *Patriarchy at Work*. Cambridge: Polity.
- Walby, Sylvia 1990 *Theorising Patriarchy*. Cambridge: Polity.
- Wright, Erik O. 1985 *Classes*. London: Verso.
- Wright, Erik O. 1989a «Rethinking, Once Again, the Concept of Class Structure», in Erik O. Wright et al., *The Debate on Classes*. London: Verso.
- Wright, Erik O. 1989b «Women in the Class Structure», *Politics and Society* 17, 35-66.
- Wright, Erik O. 1990 «Explanation and Utopia in Marxism and Feminism», comunicação apresentada ao Encontro Anual da Associação Americana de Sociologia, Washington, DC.